

Universidade e luta pela moradia

GLAUCO BIENENSTEIN
REGINA BIENENSTEIN
DANIEL MENDES MESQUITA DE SOUSA
(ORGS.)

Universidade e luta pela moradia

CONSEQUÊNCIA

© 2017 dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rua Alcântara Machado, 36 sobreloja 210
Centro - Cep: 20.081-010
Rio de Janeiro - RJ
Brasil
Tel/Fax: (21) 2233-7935
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Os conteúdos publicados em cada texto são de responsabilidade de cada autor
ou conjunto de autores.

Conselho editorial

Ruy Moreira
João Rua
Alvaro Ferreira
Catia Antonia da Silva
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Marcos Saquet

Coordenação editorial

Consequência Editora

Revisão

Priscilla Morandi

Capa, projeto gráfico e diagramação

Letra e Imagem

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Uni58 Universidade e luta pela moradia / Organizadores: Glauco
Bienenstein, Regina Bienenstein, Daniel Mendes Mesquita de Sou-
sa. — 1. Ed. — Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2017.
320p. ; 16x23cm.

ISBN 978-85-69437-19-2 (broch.)

1. Arquitetura e sociedade - Brasil. 2. Urbanização. 3. Planeja-
mento urbano - Aspectos sociais - Brasil. I. Bienenstein, Glauco.
II. Bienenstein, Regina. III. Sousa, Daniel Mendes Mesquita de.

CDD 720.1030981

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
<i>Raquel Rolnik</i>	
Apresentação	11
CAPÍTULO 1. Contextualizando a experiência.....	17
<i>Regina Bienenstein, Glauco Bienenstein, Eloisa Helena Barcelos Freire e Daniel Mendes Mesquita de Sousa</i>	
CAPÍTULO 2. A luta da Favela do Gato contra a remoção.....	37
<i>Regina Bienenstein, Eloisa Helena Barcelos Freire e Glauco Bienenstein</i>	
CAPÍTULO 3. Regularização fundiária em terras privadas	69
<i>Regina Bienenstein</i>	
CAPÍTULO 4. Regularização fundiária em terras públicas	115
<i>Regina Bienenstein, Roberto Bousquet Paschoalino, Daniela Vieira do Amaral Correia, Marcus César Martins Cruz, Epitácio Pandiá Dias Reis, Bruna da Cunha Guterman e Eloisa Helena Barcelos Freire</i>	
CAPÍTULO 5. Buscando cumprir a função social da propriedade.....	153
<i>Regina Bienenstein, Glauco Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa</i>	
CAPÍTULO 6. O plano e o projeto como instrumentos de luta	193
<i>Glauco Bienenstein, Regina Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa</i>	
CAPÍTULO 7. Espaço, imagem e luta na Vila Autódromo	253
<i>Aguinaldo Araújo Ramos</i>	
CAPÍTULO 8. Considerações finais	309
<i>Regina Bienenstein, Glauco Bienenstein e Daniel Mendes Mesquita de Sousa</i>	
<i>Sobre os autores</i>	315

CAPÍTULO 6

O plano e o projeto como instrumentos de luta

Notas sobre a experiência da Vila Autódromo, RJ¹

Glauco Bienenstein

Regina Bienenstein

Daniel Mendes Mesquita de Sousa

Introdução

O caso da comunidade da Vila Autódromo, situada em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, pode ser visto como um emblemático exemplo do que tem sido denominado planejamento em contexto de conflito. A peculiaridade e a repercussão de tal caso resultou, dentre outros não menos importantes aspectos, no envolvimento de um número expressivo de representantes de diferentes militâncias (sociais, acadêmicas e políticas), cujos esforços se somaram aos dos moradores que bravamente resistiram às violentas tentativas de remoção por parte do executivo municipal carioca, especialmente durante a gestão de Eduardo Paes (2009 a 2016). Por conta de tal envolvimento, há um expressivo conjunto de reflexões, visões e interpretações sobre o caso, divulgadas em diversos meios e fóruns. O presente trabalho encarna mais uma contribuição para a compreensão do mencionado exemplo.²

¹ Este capítulo é uma releitura do processo vivido na Vila Autódromo, tendo sua origem em reflexões anteriores, em especial nos artigos “O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual” (VAINER et. al.), apresentado no XV ENAnpur, Recife, 2013 e “Resistência em Vila Autódromo: Notas sobre o plano popular e o processo de luta” (BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G. e SOUSA, D.), apresentado no evento *II UrbFavela*, Rio de Janeiro, 2016.

² Nesse sentido, destaca-se o profícuo diálogo com os pesquisadores do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ), do Núcleo de Estudos e

Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo é apresentar, de forma resumida, como o processo de discussão, elaboração, atualização e negociação do Plano Popular de Vila Autódromo (PPVA) conseguiu contribuir para a luta política da comunidade, assim como para a sua permanência na área originalmente por eles ocupada. Nesta mesma direção, ele também discorre, ainda que brevemente, sobre o processo de elaboração do projeto da creche a ser construída no que restou da comunidade, cujos recursos foram oriundos do prêmio *Urban Age*, promovido pelo *Deutsche Bank* no ano de 2013. Desse modo, estas notas apontam alguns dos principais aspectos da luta empreendida frente aos projetos governamentais voltados para a implementação da Cidade Olímpica, mais especificamente a implantação do Parque Olímpico, o qual é vizinho do assentamento original da Vila Autódromo. Partindo-se do princípio de que o conflito não deve ser tratado como confronto, ou seja, não deve significar a eliminação do outro, no caso em tela, materializado nas tentativas de remoção da comunidade objeto deste trabalho, também se realiza uma breve reflexão sobre os desafios, os limites e os dilemas enfrentados durante os anos da luta da Vila Autódromo.

Visando ilustrar a importância e o significado do Plano Popular da Vila Autódromo como um importante e emblemático exemplo do que tem sido denominado de planejamento em contexto de conflito, além desta introdução e das considerações finais, este capítulo encontra-se dividido em 4 partes a seguir discriminadas. Na primeira, realiza-se um breve relato do histórico de lutas e resistência da comunidade da Vila Autódromo, explicitando a emergência e a originalidade da experiência de planejamento insurgente que conduziu a elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo propriamente dito. Em seguida, é apresentado um breve histórico da Vila Autódromo. Na terceira parte, são discutidos os projetos da Prefeitura e o processo de planejamento em que estiveram (e ainda estão) engajados os moradores e sua Associação, assim como professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, por intermédio, respectivamente, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e

Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF) e do Laboratório Globalização e Metrópole/Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU/UFF) que estiveram envolvidos na construção do Plano Popular da Vila Autódromo e muito nos inspirou na elaboração deste capítulo.

Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ), do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF) e do Laboratório Globalização e Metrópole, grupo de pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU/UFF). Na quarta parte   detalhado o cont duo do Plano Popular no contexto dos enfrentamentos e das lutas *vis- -vis* a iminência da realiza o das olimpíadas. Na quinta parte, discute-se como se deu o processo de acompanhamento e atualiza o do Plano Popular, processo esse que ilustra como o Plano se consolidou como um instrumento de luta pela permanência da comunidade. Nessa oportunidade, têm são tecidas considera es sobre o desenvolvimento do projeto da creche, o qual, por sua vez, têm são contribuiu para a consolida o de outro instrumento de conscientiza o e de luta, na medida em que o mesmo reforçou legítimos anseios daquela comunidade que se tornou um exemplo de resistência frente a um urbanismo autoritário e excludente. Nas considera es finais são apontados alguns limites e desafios para as comunidades enfrentarem o avanço do processo de expansão imobiliária e como a elabora o de um plano coletivo de urbaniza o e regulariza o fundiária e urbanística pode se tornar um importante instrumento de luta para os grupos sociais organizados que, com determina o e resistência, têm colocado novas alternativas para a constru o de uma cidade mais justa, democrática e socialmente inclusiva.

Vila Autódromo e o Plano Popular: ameaças, agressões e estratégias de resistência

A comunidade da Vila Autódromo vem sendo ameaçada de remo o desde 1992, sob as mais variadas justificativas: dano est tico, visual e ambiental; ameaça   segurança dos jogos Pan-Americanos 2007; alargamento de vias existentes (caso da Av. Abelardo Bueno); obstru o do traçado do sistema BRT-TransOlimp ica (que liga duas áreas onde ocorreriam jogos da Rio 2016, Barra da Tijuca e Deodoro), assim como incompatibilidade com a própria constru o do Parque Olímpico, contíguo   área onde originalmente se encontrava a comunidade (Figura 1).

Figura 1. Localização de Vila Autódromo



Fonte: Google Earth³, 2009, modificada pelos autores

O enfrentamento de tais ameaças, especialmente a que acionou a construção do Parque Olímpico como principal ordem de justificação da remoção, fez com que algumas das principais lideranças da comunidade buscassem apoio do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/URFJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), o que resultou na elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo.

O enfoque adotado no Plano Popular reconhece que a cidade do Rio de Janeiro vive um processo de mudança no seu modelo de planejamento, cujas origens remontam à década de 1990, mais especificamente a partir do primeiro governo de César Maia, em 1993⁴. Tal modelo, seguindo as tendências das formas de gestão e realização da riqueza capitalista, aplicadas desde fins do século passado, tem determinado um padrão de gestão, investimento e produção do espaço urbano reconhecidamente seletivo,

³ Disponível em: <<http://www.googleearth.com>> Acesso em: 29 mar. 2017.

⁴ César Maia esteve à frente do executivo municipal carioca por 3 mandatos: 1993 a 1997 e de 2001 a 2009.

isto é, voltado somente para algumas parcelas da cidade, e excludente do ponto de vista social, pois apenas algumas classes sociais são nele incluídas, conformado pela ampliação dos negócios imobiliários na cidade (BIENENSTEIN, 2000).

Neste cenário, o conflito entre os interesses dos estratos mais baixos das populações residentes em parcelas valorizadas da cidade se acirrou e um considerável conjunto de iniciativas passou a ser implementado pelo executivo municipal, notadamente aquelas que propiciaram a ampliação de negócios imobiliários. Por intermédio de tais ações, o capital imobiliário na sua ontologicamente fundada busca pela ampliação de fronteiras de acumulação e lucro, acaba voltando-se para as parcelas da cidade mais bem dotadas de infraestrutura e/ou de amenidades, ou seja, com potencial de valorização. Tal movimento tem, desse modo, requerido e acirrado ainda mais a articulação entre o setor público e o privado, por intermédio de coalizões que, por sua vez, tem tornado hegemônico um projeto de cidade crescentemente seletiva e excludente. No caso da construção da Cidade Olímpica (ou do projeto Rio 2016), resultou na articulação entre grandes proprietários de terras localizadas na Barra da Tijuca, com especial destaque para o engenheiro Carlos Carvalho, fundador da Carvalho Hosken S.A., empresa de engenharia e construção criada em 1951 e originalmente voltada para obras públicas. Dono de cerca de 10 milhões de metros quadrados na área da Barra da Tijuca, Carlos Carvalho teve nas Olimpíadas de 2016 a oportunidade de ouro para ampliar ainda mais suas possibilidades de acumulação.

O Plano Popular da Vila Autódromo representa um contundente exemplo de como os segmentos sociais excluídos podem reagir a iniciativas e agressões, tais como a perpetrada pelo executivo municipal carioca, especialmente durante a implementação das obras vinculadas às Olimpíadas de 2016. Desse modo, pode ser compreendido como um instrumento voltado para a oposição à urbanização dos negócios que, no caso do Rio de Janeiro olímpico, pode ser também identificada como um processo de limpeza social do território, atualmente em curso não somente na “cidade maravilhosa”, como também em diversas outras capitais brasileiras que vêm sendo impactadas pelos grandes eventos esportivos (Figura 2).

Figura 2. Vista geral da Vila Autódromo.



Fonte: Vila Autódromo-Catalytic Communities/Rio On Watch⁵, modificado para preto e branco pelos autores

O conflito entre os interesses, as intencionalidades e as propostas do executivo municipal, representante da coalizão de poder e interesses consolidada para a implementação da “Cidade Olímpica”, e os grupos sociais atingidos, no caso em tela, a iniciativa de remoção da comunidade da Vila Autódromo, foi tomado pela equipe de professores e alunos das universidades envolvidas e pela referida comunidade como um instigante desafio para o enfrentamento das disputas e respectivas contradições da urbanização, tratando-o como algo que não tem nem deve ser escondido, ignorado ou erradicado. Nesta direção, a equipe o assumiu como um importante recurso de luta e rico insumo para a elaboração de propostas alternativas às colocadas pelas forças políticas e econômicas hegemônicas. Reforçando o protagonismo do morador atingido, a quem coube a tomada de decisão em todas as etapas do processo, a supracitada abordagem priorizou, entre outros aspectos não menos relevantes, o processo de troca de saberes e experiências entre moradores e assessoria técnica, permitindo, assim, que

⁵ Disponível em: <<http://www.rioonwatch.org/?p=27116#prettyPhoto/0/>>. Acesso em 29 mar. 2017

acompanhassem a dinâmica do real, na busca por transformar a realidade de exclusão sociopolítica e socioespacial da cidade a partir de sua própria experiência (VAINER et al., 2013).

No caso Vila Autódromo, mesmo havendo o suporte de dispositivos jurídicos, como, por exemplo, a Concessão Real de Uso por 99 anos e a Lei Complementar nº 74/2005, que declarou a comunidade Área Especial de Interesse Social (AEIS), a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro seguiu com sua política de constante e muitas vezes velada violação de direitos adquiridos, utilizando de sua autoridade para intervir, tanto legal quanto ilegalmente, sobre a vida e o território de diversos grupos sociais, notadamente, aqueles menos favorecidos. Tal movimento constitui clara indicação da combinação de estratégias e formas – legais, dissimuladas e/ou perversas – que se deu na implementação da Cidade Olímpica do Rio de Janeiro, expondo claramente a dinâmica de atuação e intervenção do Estado no redirecionamento da urbanização seletiva e excludente da atualidade, por intermédio, no caso aqui analisado, de megaeventos esportivos. A conhecida máxima atribuída a Nicolau Maquiavel (1469-1527) de “dividir para governar” encarnou a, talvez, principal estratégia da prefeitura para realizar as remoções, visando a implementação do seu projeto de cidade. Este é um dos temas apresentados de forma breve na próxima parte deste capítulo, cujo conteúdo busca elucidar, ainda que de forma breve, como se deu cada uma das etapas da luta pelo direito à cidade, por intermédio da contínua atualização do Plano Popular, aqui compreendido como um contundente instrumento de luta. Nesse sentido, prioriza-se indicar a trajetória que vai desde a elaboração do PPVA e as suas devidas atualizações, visando adequá-lo aos obstáculos criados pelo executivo municipal, passando pelas estratégias por ele utilizadas para impedir o processo de negociação, pelo fim das negociações, pela violência simbólica e física perpetrada pelo poder público, até a definição final por parte da prefeitura da solução urbanística para os moradores que decidiram permanecer no território de Vila Autódromo.

A trajetória de lutas da Vila Autódromo tem uma história. Nesse sentido, há que se observar que a recente tentativa de sua total remoção se confunde com a transformação do Rio de Janeiro na “cidade dos megaeventos esportivos”. Por sua vez, esse processo tem a sua própria trajetória, que não deve ser vista como a resultante de tendências inevitáveis. Ao contrário, conforme apontado por Vainer et. al. (2013, p. 1),

a recuperação da história recente da cidade oferece exemplo emblemático de como, num contexto de muitas disputas e conflitos, diferentes forças políticas e econômicas convergiram para a consolidação de uma nova coalizão de poder e uma nova hegemonia, fundadas no consenso em torno do planejamento competitivo, do urbanismo acupuntural, de concepções autoritárias de ordem urbana e, sobretudo, de novas formas de relação entre estado e o capital

notadamente aquele vinculado à produção imobiliária, que se atualizam nas chamadas operações urbanas e nas parcerias público-privadas, instaurando o que foi denominado por Vainer (2000 e 2011) como a “democracia direta do capital”.

A coalizão de poder que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro por mais de vinte anos, abrangendo cinco governos cujos prefeitos, a saber, Cesar Maia, por três mandatos, de 1993 a 1995 e de 2001 a 2009; Luiz Paulo Conde por apenas um mandato, de 1997 a 2001; e Eduardo Paes por dois mandatos, de 2009 a 2017, apesar de apresentar divergências, disputas e/ou fissuras no âmbito político-partidário e das forças econômicas e sociais que a sustentaram por tal período, garantiu, no essencial, uma convergência de modelos e de projetos de cidade, que culminou na realização da Copa de 2014 e, de forma ainda mais contundente, nos Jogos Olímpicos de 2016. Desse modo, não se constitui um exagero afirmar que o encerramento de tais megaeventos esportivos, aliado ao fim do mandato de Eduardo Paes, parece indicar que um ciclo se encerrou. Ainda é cedo para se indicar o que virá a partir da eleição Sr. Marcelo Crivela (2017 a janeiro de 2021), ou seja, qual será o novo ciclo de projetos e obras que sua gestão irá inaugurar.

A recuperação dos principais fatos que resultaram na conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016, aqui entendido como o ápice do processo que é acima resumido, constituiu, sem dúvida alguma, um importante procedimento para se compreender quando e como ele se desenvolveu, assim como para lançar luz sobre alguns dos seus mais contundentes resultados.

A década de 1980, por muitos considerada como perdida, acarretou para o Rio de Janeiro aquilo que é aqui denominado um “vazio de projetos” com diversos problemas para o Estado do Rio e também para a cidade do Rio de Janeiro, propriamente dita. A redemocratização do Brasil trouxe

consigo as eleições e, no caso de Rio de Janeiro, uma disputa de candidatos e respectivos projetos que resultou na eleição de César Maia, em 1993.

A partir da adoção de um conjunto de prescrições e iniciativas que seguem o modelo catalão de planejamento estratégico, César Maia recolocou o Rio de Janeiro no centro do ideário da urbanização brasileira, cuja posição havia sido obscurecida pela cidade de Curitiba do período Jaime Lerner (1971-74; 1979-83 e 1989-93). Dentre elas, destaca-se aqui o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio sempre Rio”, cujas principais orientações foram definidas pela consultora *Tecnologies Urbanas Barcelona SA*, que sugeriu que

[a] tradição esportiva no Rio e seus recursos naturais e humanos permitem lançar sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004, com excelentes possibilidades. E, seguindo o exemplo de outras cidades, aproveitar os jogos para sua transformação. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p. 52).

A realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, dos Jogos Mundiais Militares em 2011, da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 proporcionou, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que, com efeito, reconfiguraram consideráveis parcelas do espaço da cidade, impactando, sobremaneira, sua estrutura e dinâmica socioespacial. Assim, a título de ilustração, podem ser citados os expressos para ônibus (que nossos colonizados governantes teimam em designar com o acrônimo da expressão inglesa *bus rapid transit*), a realização de grandes operações na área da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, o despejo forçado de mais 22 mil famílias, conforme a versão do *Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2015*. Nas áreas alvo destes investimentos e nas áreas mais antigas ocupadas pelas classes altas e médias, a valorização imobiliária explodiu e os preços cresceram, em média, 190% nos últimos quatro anos⁶.

Por outro lado, como tem ocorrido em outras cidades e metrópoles brasileiras, na contramão das propostas de contenção da expansão territorial

⁶ Fonte: índice FIPE-ZAP, 2013.

e em favor do adensamento urbano, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) vem provocando um acelerado processo de expansão da malha urbana, agudizando, juntamente com as diversas remoções já ocorridas, o processo secular de periferização da pobreza. Os conjuntos habitacionais para famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos têm se concentrado em bairros, localizados a dezenas de quilômetros dos principais centros de emprego metropolitanos. Precariamente articulados à trama urbana, esses condomínios fechados da miséria, além da baixa qualidade construtiva e arquitetônica, são muito frequentemente carentes de equipamentos públicos, serviços de transporte, educação e saúde, comércio, ou seja, destituídos de padrões mínimos de urbanidade.

É neste contexto que a luta e resistência contra a remoção da Vila Autódromo explicita o que tem sido e o que poderá ser no futuro próximo, a outra face que se revela do Rio de Janeiro Olímpico.

Notas para a história de Vila Autódromo

Vila Autódromo ocupa uma área pública de propriedade do governo do Estado, no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca, principal vetor de expansão imobiliária para a população de rendas alta e média-alta da metrópole carioca.

De acordo com Censo 2010 (IBGE), 1.252 habitantes residiam na Vila, entre os muros do Autódromo Nelson Piquet, a Lagoa de Jacarepaguá, o rio Pavuninha e a Avenida Embaixador Abelardo Bueno, corredor viário que serve à região. Seu entorno é ocupado por grandes empreendimentos imobiliários lançados nas décadas de 1990 e 2000, assim como o pavilhão do Riocentro, atualmente concedido à iniciativa privada, onde ocorrem grandes feiras e exposições, tendo sediado em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Durante os Jogos Pan-americanos de 2007, nessa mesma região foram implantados o Parque Aquático Maria Lenk e algumas arenas multiesportivas. A partir da indicação do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, no local antes ocupado pelo Autódromo Nelson Piquet, surge o Parque Olímpico.

Segundo relatos de moradores, a Vila Autódromo teve origem ainda na década de 1960, quando os primeiros pescadores instalaram moradias

provisórias na beira da lagoa de Jacarepaguá. Durante as décadas de 1960 e 1970, a região da Barra da Tijuca passou por intensas mudanças, a partir de maciços investimentos públicos que tornaram a região mais bem acessível, assim como dotada de infraestrutura que pode ainda ser classificada como precária. No início da década de 1970, a implantação do Autódromo na área vizinha àquela ocupada pelos antigos pescadores, acarretou na criação de um grande aterro que serviu de base para a ampliação da área ocupada pela Vila Autódromo.

A partir da década de 1980, a ocupação da Vila Autódromo se consolidou numa área totalmente destituída de infraestrutura. Desse modo, a partir de um esforço coletivo, foram promovidas melhorias que, progressivamente, conferiram ao assentamento algumas características de bairro popular. Nesse processo, embora os moradores tenham sempre demandado melhorias ao poder público, a implantação de equipamentos públicos e infraestrutura não se deu.

Durante o período de redemocratização do país, incentivados pela crescente retomada da participação social e de fortalecimento do movimento dos bairros populares e das favelas da cidade, os moradores fundaram, em 1987, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), conseguindo, num trabalho coletivo que envolveu a comunidade e a Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Estado do Rio de (SEHAF), a regularização do loteamento. Paralelamente, iniciaram junto à Subprefeitura da Barra da Tijuca e à CEDAE a reivindicação pela instalação de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que, apesar do parecer favorável quanto à instalação do serviço de água, não foi levada adiante.

O terreno onde está situada a Vila Autódromo, conforme indicação anterior, pertence ao Governo do Estado (Caixa Habitacional da Polícia Militar do Estado) que, em 1989, para lá transferiu famílias da comunidade Cardoso Fontes, Jacarepaguá. Em 1994, a SEHAF assentou mais 60 famílias na área e, em 1997, concedeu Termo Administrativo de Concessão de Uso, a cento e quatro famílias residentes no núcleo central da comunidade. Em 1998, a Concessão do Direito Real de Uso por 99 anos foi estendida também às famílias moradoras da faixa marginal da lagoa.

Em outubro de 2011, época do início do desenvolvimento do Plano Popular, a Vila Autódromo abrigava cerca de 450 famílias. Tratava-se de ocupação consolidada, de padrão heterogêneo, com edificações de boa

qualidade, convivendo com outras muito precárias. O claro sistema viário, as casas de alvenaria, parte delas sem revestimento, com baixa densidade, entremeadas por alguns lotes vazios, os modestos espaços de lazer e recreação e a sede da Associação de Moradores marcavam a presença do coletivo de moradores enquanto agente urbanizador.

3. O plano de Vila Autódromo: elementos para a compreensão da sua gênese e o processo de sua elaboração

Conforme apontado por Vainer et al. (2013), o Plano Popular da Vila Autódromo representa um emblemático exemplo de luta, resistência e persistência pelo direito à cidade de um grupo de moradores atingidos pelo processo de implementação da Cidade Olímpica. Diante da mais intensa tentativa de remoção sofrida pela comunidade, o Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural apresenta alternativas técnicas nas áreas de habitação, saneamento básico, transporte, acessos a serviços públicos e comunicação, respaldando a possibilidade de permanência da comunidade em condições adequadas de urbanização. Além disso, “*o Plano afirma a existência da comunidade e o direito de continuar existindo, com condições adequadas de urbanização e serviços públicos*” (PPVA, 2012, p. 5). A garantia de ampla participação nos processos decisórios que resultaram no plano constituiu um dos principais eixos adotados na sua elaboração. Desse modo, o protagonismo da população foi de fundamental importância durante todo o processo que envolveu não somente a elaboração propriamente dita do plano, como também as lutas e enfrentamentos oriundos da pressão exercida pelo executivo municipal carioca.

Para tanto, foi adotado um conjunto de eventos composto por oficinas, assembleias e grupos de trabalho com os moradores, bem como levantamentos físico e socioeconômico da comunidade. Nessas ocasiões, os moradores apresentaram os principais problemas da área, seus desejos e possíveis soluções. Os levantamentos de dados socioeconômicos, das características físicas, documentos jurídicos, bases cartográficas e fotos, realizados com a participação de moradores, também formaram o diagnóstico (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4. Oficinas



Fotos de Heloisa Carvalho

Após a construção do diagnóstico, também em oficinas, foram construídas e discutidas pelos moradores propostas para a correção de problemas relativos aos seguintes temas elencados como prioritários: habitação, saneamento, infraestrutura e meio ambiente, serviços urbanos e desenvolvimento cultural e comunitário.

Entre os problemas identificados pelos moradores, destacavam-se:

- Ocupação, por 82 famílias, da faixa marginal de proteção (FMP) da lagoa e do rio Pavuninha nos limites da comunidade;
- Precariedade e/ou insalubridade, coabitação, aluguel, empréstimo e cessão de moradias;
- Ocorrência de inundação em uma das quadras, devido à cota muito baixa (inferior a um metro), situação vulnerável agravada por aberturas feitas nos muros do autódromo, através das quais a água da chuva de lá proveniente era escoada para a Avenida Autódromo;
- Obstáculos para a drenagem com a interrupção dos escoadouros naturais por construções, dificultando o escoamento das águas pluviais;
- Inexistência de rede de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, comprometendo as condições ambientais e sanitárias da área;
- Áreas livres de recreação e lazer sem equipamentos e mobiliário urbanos adequados;
- Sede da Associação de Moradores sem condições adequadas às atividades coletivas (reuniões, assembleias, salas para cursos etc.). (PPVA, 2012).

Os problemas de drenagem, presentes em boa parte da Baixada de Jacarepaguá, também se manifestavam na Vila Autódromo. Assim, a preparação do terreno para o evento Rock in Rio de 2015, vizinho à comunidade, acabou afetando-a, fazendo com que os moradores buscassem soluções individuais de aterro para evitar ou amenizar os alagamentos, o que, em muitos casos, acabou agravando os problemas e/ou simplesmente transferindo-os para outros lugares.

Por meio da aplicação de questionários, foi possível verificar que 88% das crianças e jovens estudavam nos arredores, enquanto 65% dos trabalhadores tinham sua ocupação nos bairros próximos⁷. A maior parte dos moradores se declarou proprietário de sua casa e 10,5% dos residentes pagavam aluguel.

O acesso aos serviços públicos era limitado, uma vez que, conforme indicado anteriormente, os governos estadual e municipal tinham restringido seus investimentos na área, não somente pelo histórico descaso para com as demandas daquela comunidade, como também, avalia-se, como forma de pressionar e/ou induzir a população a aceitar a remoção.

Além da clara e perceptível sensação de pertencimento por partes dos moradores com a comunidade, não há a presença do narcotráfico nem de organizações paramilitares (milícias), a Vila se constituindo, dessa maneira, numa exceção com relação à realidade vivenciada por um considerável número de comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro.

A relação dos moradores com o território ocupado e conquistado se tornava evidente quando eram perguntados sobre a vida na comunidade. Faziam questão de ressaltar a segurança por conhecerem bem seus vizinhos e destacar a tranquilidade e o sentimento de conquista de um bom lugar para morar⁸. Partilhavam também o sonho de conseguir melhorias com a chegada das Olimpíadas⁹.

Ao longo do desenvolvimento do Plano Popular, duas questões geraram intensa polêmica entre os moradores: (i) a questão da adoção da Fai-

⁷ Dentre as famílias entrevistadas, em 15% dos casos não foram definidos os locais de trabalho e em 20% os locais de trabalho estavam mais distantes.

⁸ “*Representa tudo o que eu tenho e o meu suor*”, afirmou Sr. Francisco da Silva, morador há 16 anos, ao ser entrevistado.

⁹ Conforme declaração de Sandra Teixeira, moradora há 21 anos: “Imagino que com a chegada da Olimpíada finalmente a comunidade tenha um saneamento básico”.

xa Marginal de Proteção (FMP) da lagoa e do rio (15 metros de largura) e respectiva definição das casas por ela atingidas, proposta questionada especialmente pelos moradores nesta situação, e (ii) a identificação do local para onde seria feito o reassentamento necessário, dentro da própria comunidade, para garantir a FMP e também condições adequadas de salubridade a todos os moradores. Neste último caso, a ideia inicial proposta pelas lideranças comunitárias foi a reestruturação da quadra mais precária e sujeita à inundação, com a elevação do nível por meio de aterro e aumento de sua densidade com a adoção de sobrados e prédios com até três pavimentos. Considerando que o espaço disponível não era suficiente para viabilizar todos os reassentamentos necessários, foi estudada uma alternativa complementar, apresentando-se como possibilidade a utilização dos lotes vazios existentes. Somente após muita discussão e frente ao argumento de que, em termos jurídicos, eles não caracterizavam área de posse por não serem efetivamente utilizados para moradia, foi possível firmar um acordo coletivo sobre a questão.

Tomando por base essas diretrizes, o esforço conjunto da comunidade e da equipe das universidades resultou em duas propostas urbanísticas preliminares do Plano Popular da Vila Autódromo (Figuras 5 e 6)¹⁰, que foram discutidas em 18 de dezembro de 2011 pelos moradores: (i) uma que não considerava o projeto do Parque Olímpico, e que foi logo avaliada por todos como inviável e, por isso, abandonada, e, (ii) outra, que levava em conta o projeto vencedor para o Parque Olímpico, mas mantinha a ocupação da margem da lagoa fora dos limites da FMP de 15 m. Após apresentadas e discutidas pelos moradores, a segunda alternativa foi escolhida sob a condição de que fosse alterado o traçado da via de acesso ao Parque Olímpico, de modo a evitar seccionar a comunidade, o chamado “miolo da comunidade” e a beira da lagoa (vide figura 6).

¹⁰ A proposta urbanística preliminar do PPVA foi fruto do Trabalho Final de Graduação da estudante Cintia Dimas, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, orientado pela professora Regina Bienenstein.

Figura 5. Não considera o Parque Olímpico



Figura 6. Considera o Parque Olímpico



Fonte: PPVA, 2012.

Tal indicação apontou a necessidade de buscar uma terceira solução que considerasse a sugestão apresentada (Figura 7). Após uma sucessão de assembleias e reuniões de moradores e lideranças para a discussão sobre os diferentes temas abordados e respectivas alternativas de propostas, em 05 de agosto de 2012, foi aprovado o Plano Popular da Vila Autódromo. Vale destacar que cada um desses temas debatidos transformou-se num programa que foi incorporado à versão aprovada pela comunidade em 2012¹¹.

¹¹ O PPVA é composto pelos seguintes programas: (i) Habitacional, (ii) de Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente, (iii) de Serviços Públicos e (iv) de Desenvolvimento Cultural e Comunitário.

Figura 7. Alternativa 3 – Projeto adaptado de acordo com a demanda dos moradores.



Fonte: Trabalho Final de Graduação da aluna Cintia Dimas do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, 2012 e PPVA, 2012.

Em 2013, o Plano Popular de Vila Autódromo obteve o primeiro lugar no concurso *Urban Age Award*¹², da Associação Alfred Herrhausen (organizado pelo *Deutsche Bank*), que reuniu 170 projetos. A premiação do PPVA reafirmou a viabilidade de implementação do PPVA e da permanência dos moradores na área. E este não foi o único respaldo recebido. Uma comissão formada por técnicos de várias instituições avaliou o Plano em comparação ao projeto da Prefeitura – remoção e reassentamento em conjunto habita-

¹² O *Deutsche Bank Urban Age Award* é uma iniciativa associada ao projeto *Urban Age*, uma investigação global sobre o futuro das cidades, iniciado junto a Alfred Herrhausen Society, Deutsche Bank e London School of Economics and Political Science teve sua primeira edição em 2007, em Mumbai. Dele participam cidadãos, formuladores de políticas, empresas privadas e organizações não governamentais. Ele é atribuído no contexto de uma conferência realizada anualmente, onde são premiados projetos e iniciativas populares que se destacam. Em 2013, em sua sexta edição, o *Deutsche Bank Urban Age Award* reuniu ações existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro.

cional denominado Parque Carioca –, concluindo que, além das propostas contidas no Plano Popular serem mais adequadas, pois respeitavam as demandas dos moradores e mantinham os laços e relações sociais construídas ao longo de décadas, seus custos de implantação eram consideravelmente inferiores à construção do Parque Carioca. O custo total da implantação do PPVA era de R\$ 13.526.000,00, enquanto o Parque Carioca foi orçado em R\$ 38.083.695,60, pois incluía o valor do terreno (R\$ 9,7 milhões, para 450 unidades) e o reassentamento de 450 famílias, enquanto o PPVA previa a construção apenas de 82 moradias que estavam em situação de risco (faixa marginal de proteção). Além disso, o Plano foi construído pelos próprios moradores, enquanto a remoção para o Parque estava sendo imposta.

No que se refere aos espaços de uso coletivo, o PPVA atendeu a FMP da lagoa e do rio Pavuninha (15 m de largura), sendo aí prevista a recuperação da vegetação nativa, assim como a implantação de parque linear com uma ecotrilha, voltado ao uso contemplativo pela população. Além disso, garantiu a continuidade da sede da associação dos moradores, associada a uma creche comunitária que, após a implantação na região de uma creche municipal, poderia ser utilizada para eventos múltiplos como, por exemplo, cursos e/ou atividades de geração de trabalho e renda. Previu também a implantação de quadra polivalente e de churrasqueira comunitária na área livre anexa e de pequenos espaços de convívio que surgiram em decorrência da implantação da FMP.

No que diz respeito à moradia, foram também estudadas diferentes tipologias para as moradias das famílias que teriam ser reassentadas, dentro da própria comunidade: casas unifamiliares de um e dois quartos, sobrados de dois e três quartos e apartamentos em prédios de três pavimentos com um, dois e três quartos, todas admitindo ampliação com mais um quarto. Esta variedade de tipologias poderia atender à diversidade de necessidades, demandas e anseios presentes na população e, somada à escolha do tipo de unidade e sua distribuição no território por etapas e realizada pelos próprios moradores, dotaria o Plano de uma interessante flexibilização, própria das áreas de ocupação espontânea. Este processo resultaria numa conformação espacial onde se intercalariam prédios, casas unifamiliares ou sobrados, geminados ou em centro de terreno e com afastamentos frontais variados ou, na palavra dos moradores, com “mais ou menos quintal atrás ou jardim na frente”

O processo de escolha seria orientado por alguns parâmetros como números máximos e mínimos de cada tipologia de habitação de modo a ga-

rantir o atendimento à totalidade das famílias a reassentar, afastamentos (frontal, laterais e de fundos) para sua implantação no terreno e, ainda, critérios para definição da ordem de escolha por cada um¹³, a serem também discutidos e decididos coletivamente pela comunidade.

Comparativamente à proposta apresentada pela prefeitura, o Parque Carioca, o PPVA, além de expressar a diversidade presente nos territórios populares informais, conforme já apontado, tinha custo estimado inicialmente em cerca de R\$ 13,5 milhões¹⁴, muito inferior ao Parque Carioca (R\$ 48 milhões, sendo R\$ 20 milhões relativos somente à aquisição do terreno)¹⁵. As novas unidades habitacionais previstas no Plano tinham áreas variando entre 58 m² (um quarto) e 95 m² (três quartos), enquanto as previstas no Parque Carioca, uma só tipologia (prédios com apartamentos de 2 ou 3 quartos, variavam de 45 m² a 62 m²).

Desfaçatez, desinformação e violência: notas sobre a resposta do executivo municipal carioca

Desde os Jogos Pan-americanos Rio 2007, quando o Rio de Janeiro e especialmente a região Barra da Tijuca apareceu como local onde se consolidaria a cidade olímpica, as remoções forçadas de assentamentos populares passou a ter destaque e ser privilegiada na política governamental. Vila Harmonia, Vila Recreio, Arroio Pavuna, entre outros, representam, com suas respectivas especificidades, exemplos emblemáticos dessa tendência que se concretizou na Vila Autódromo, conforme ilustrado resumidamente na sessão anterior.

As ordens de justificação utilizadas pelos promotores do projeto olímpico para levar adiante esse processo de remoção foram reestabelecidas, agregando e ampliando argumentos como dano estético e poluição paisa-

¹³ Não é demais lembrar que o primeiro de um grupo a fazer uma escolha tem todas as alternativas à disposição, enquanto o último não exerce direito de escolha. Daí a importância de definir coletivamente como será organizada a “fila” das escolhas e evitar, desta forma, conflitos indesejáveis.

¹⁴ Os gastos do Plano incluíam obras de urbanização, a produção de 82 novas unidades habitacionais, a recuperação ambiental da faixa marginal de proteção, melhorias de moradias precárias e a construção de novos equipamentos sociais e áreas de lazer.

¹⁵ Estes valores referem-se ao ano de 2013.

gística; riscos à segurança (como no caso da Vila do Pan); e incompatibilidade de existência de um bairro popular vizinho ao futuro Parque Olímpico, caracterizado como “coração dos Jogos” (Dossiê de Candidatura, 2009, p.35). Esta deveria ser a imagem internacional do Rio Olímpico a ser projetada e nela não haveria lugar para a justaposição de tecidos socioespaciais tão diferenciados.

Desse modo, a impossibilidade da coexistência de territórios tão distintos do ponto de vista social implicou na implementação e na produção forçada de um ambiente construído unidimensional, ou seja, destinado àqueles com demanda solvável para usufruí-lo. Além disso, por conta de supostas interferências na visualidade midiática mundial da festa olímpica, este processo também acarretou em outra impossibilidade: a reurbanização de áreas populares já consolidadas, iniciativa esta que poderia materializar um importante legado dos jogos de 2016. Esta visão foi claramente enunciada em agosto de 2015 pelo Sr. Carlos de Carvalho¹⁶, em entrevista ao jornal *The Guardian*, quando afirmou:

Nós pensamos que, se os padrões fossem reduzidos, estaríamos tirando o que a cidade, a cidade nova, poderia representar no cenário mundial como uma cidade da elite, de bom gosto. Ilha Pura não poderia arrancar esse destino que tem sido dado à região. Por esta razão, ela precisava ser moradia de nobre, não moradia de pobre.¹⁷

Vale indicar que dias antes dessa declaração, o Sr. Carlos Carvalho havia reforçado tal visão à BBC de Londres, afirmando que a Barra representa “uma cidade da elite, do bom gosto” e que, por esta razão, “precisava ser moradia nobre, e não moradia para os pobres..., senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora”.¹⁸

¹⁶ O Sr. Carlos de Carvalho é o único acionista à frente da Carvalho Hosken, empreiteira que participa de obras no Parque Olímpico ao lado da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, por meio de Parceria Público Privada (PPP). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp>.

¹⁷ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

¹⁸ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp>. Acesso em: 06 jan. 2016.

Em concordância com esta visão e com os interesses econômicos dominantes que têm disputado este território, o executivo municipal carioca assumiu a proposta espacial de ocupação de parte da área do Parque Olímpico, baseada em megaempreendimentos imobiliários. Nesse sentido, define, por meio de licitação, que a empresa vencedora, responsável pela construção e manutenção de todos os equipamentos, a infraestrutura e os serviços necessários para operação do Parque, em troca, após as Olimpíadas, poderá explorar 75% da área total do referido Parque.

Há que registrar que até o início do ano de 2017 o Parque Olímpico encontrava-se abandonado, conforme se pode constatar pelo trecho abaixo indicado de uma recente reportagem:

Muito se falou sobre o legado esportivo da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Já tinha sido assim quando do Pan-Americano de 2007, no Rio. O que se vê é a repetição dos fatos. Arenas em desuso ou mal aproveitadas e promessas que se esvaem com o tempo. Seis meses depois da Olimpíada, as instalações construídas, definitivamente ou temporariamente, estão à espera de alguma competição ou intervenção.¹⁹

As justificativas para remover a Vila Autódromo, sempre naturalizadas, sucessivamente renovadas e sempre consideradas, pela Prefeitura, como irrefutáveis por razões técnicas, foram, uma a uma, contestadas pela comunidade com o apoio das universidades e do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Embora sua permanência estivesse apoiada em instrumentos jurídicos de posse, esse processo de ataque e defesa ocorria sob constante pressão, ameaça e violência, e numa clara assimetria de poder entre o executivo municipal e a comunidade, inclusive quanto à possibilidade de acesso aos grandes veículos de informação e divulgação, invisibilizando a luta travada cotidianamente.

Vale lembrar que as tentativas de remoção da comunidade remontam aos anos 1990. Em 1993, sob a alegação de “dano estético e ambiental”, a Prefeitura, em ação judicial ajuizada no Tribunal do Rio de Janeiro, re-

¹⁹Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/2016/parque-olimpico-abandonado-compromete-legado-da-rio-2016,78f0a36618d120bbd1197cae47234abbnnojabmk.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

quereu a total retirada da comunidade, obrigando os moradores da Vila Autódromo a articular sua defesa jurídica por meio da Defensoria Pública, o que impediu a remoção judicial das casas e demonstrou a fragilidade dos argumentos do executivo municipal. Entretanto, nessa mesma época, os moradores conseguiram ser incluídos em um programa de regularização fundiária empreendido pelo poder público estadual, proprietário da gleba, que reconheceu ser o local utilizado, há décadas, para fins de moradia. Assim, no primeiro governo Leonel Brizola, 1991-94, foi concedido um primeiro documento reconhecendo o direito dos moradores. No governo Marcelo Alencar, 1995-99, são outorgados, por intermédio da SEHAF, títulos de posse e termos administrativos de Concessão Real de Uso, por 99 anos²⁰, inclusive para os moradores que se situavam na beira da lagoa de Jacarepaguá.

Mais tarde, no período da preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, apareceram novas ofensivas para promover projetos imobiliários, inclusive com a marcação das casas para posterior remoção. Uma vez mais, a comunidade foi capaz de se organizar e resistir contra esta ameaça²¹.

Mas as ameaças da remoção compulsória, tão presente ao longo dos preparativos para os Jogos Pan-Americanos de 2007, não pararam, ganhando concretude a partir da escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016. Assim, recomeçando em 08 de outubro de 2009, a Prefeitura inicia uma sucessão de ameaças de remoção. Inicialmente, foi anunciado que, em função da realização das Olimpíadas de 2016, mais de 3.500 famílias de seis comunidades das Zonas Oeste e Norte da cida-

²⁰ A Concessão Real de Uso (CDRU), instituída em 1967 e reafirmada no Estatuto da Cidade/2001, é aplicável a terrenos públicos e privados para fins de urbanização de interesse social e regularização fundiária. Segundo Saule Junior (2004, p. 421), trata-se de “direito real, pelo qual se transfere o domínio útil e submete-se às normas gerais de direito”. Ainda de acordo com Saule Junior (2004, p. 424), quando adotado pela administração pública para programas ou projetos habitacionais, tem caráter de escritura pública.

²¹ A tática de marcar as casas a serem removidas sem quaisquer explicações aos seus proprietários e/ou moradores era prática corrente da Secretaria de Habitação da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Ela representa, além da violência propriamente dita ao direito à informação, o objetivo de aterrorizar com a ameaça de desapropriação aqueles cujas casas foram marcadas. Neste momento de evidente fragilidade daqueles moradores, os técnicos da prefeitura tentam convencê-los a aceitarem a remoção, acenando com a possibilidade de residir em outra localidade e/ou oferecendo aluguel social. A próxima etapa é a remoção propriamente dita, geralmente feita com o uso da força e da violência policial.

de seriam removidas, entre elas Vila Autódromo, também justificada pela implantação do alargamento da Av. Salvador Allende e no alargamento do trecho final da Av. Abelardo Bueno e Av. Ayrton Senna²², intenção reforçada pelo Plano Estratégico de Governo (2009) que previa, como uma das metas, “reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio”. Neste plano, a Vila Autódromo apareceu incluída na listagem das 119 favelas a serem removidas integralmente, em função de “estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”²³.

Em maio de 2011, o cenário pareceu se alterar, a partir do resultado do concurso internacional para o Plano Urbanístico do Parque Olímpico 2016, realizado pela Prefeitura, em conjunto com o Instituto de Arquitetos do Brasil/Rio de Janeiro, cuja proposta vencedora apontou para a permanência da Vila Autódromo, apesar de retirar a parcela localizada junto à faixa marginal de proteção da lagoa de Jacarepaguá.²⁴

Entretanto, março de 2012 marcou o retorno da proposta de remoção da Vila Autódromo, justificada, naquele momento, com o argumento de que era necessária para permitir a ligação viária entre as novas vias Transcarioca e Transolímpica, corredores estruturais do sistema *Bus Rapid Transportation* (BRT).

Neste processo permeado por intensa luta simbólica²⁵, a questão do respeito aos direitos humanos foi colocada na pauta de discussão, questionando, inclusive, a própria imagem internacional do projeto de cidade olímpica. Com isso, a luta da comunidade se reposicionou e se projetou nas escalas nacional e internacional, passando a ser visitada por Comités diversos, como o Grupo de Trabalho sobre Megaeventos da Comissão Especial sobre Moradia Adequada, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pela Secretaria de Direitos Hu-

²² Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura, disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/138931/DLFE-3210.pdf/volumeiiacoes.pdf>>.

²³ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012>>.

²⁴ Ver Figura 5.

²⁵ Note-se que, mesmo não conseguindo visibilidade na grande mídia brasileira, Vila Autódromo ganhou grande exposição em importantes veículos da mídia internacional, como o *The New York Times*, *Le Monde Diplomatique*, *The Guardian* e *El País*, além de ganhar destaque em importantes plataformas internacionais de direitos humanos.

manos da Presidência da República (novembro de 2012) e a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (dezembro de 2015). Diversos relatórios foram produzidos, tendo em comum o reconhecimento da necessidade de participação popular na definição das soluções a serem adotadas e do direito à moradia daquelas famílias (Figuras 8 e 9).

Figuras 8 e 9. Visita da Comissão de Direitos Humanos da ONU



Fotos de Aguinaldo Ramos

Elementos para a compreensão da continuidade da luta pela permanência da Vila Autódromo: das jornadas de junho de 2013 à vitória na derrota!

O ano de 2013 trouxe novidades no cenário político brasileiro. Aquilo que ficou conhecido como as “jornadas de junho”, encarnadas nas manifestações populares que eclodiram no país para contestar o aumento das tarifas de transporte público nas principais cidades brasileiras e que, por extensão, passaram a contestar os valores investidos nos megaeventos *vis-à-vis* aos problemas de ausência de recursos dos serviços públicos, especialmente no que se referia à educação e à saúde, resultaram no recuo de alguns dos principais atores políticos à frente do projeto de cidade em curso, e a consequente abertura de algum tipo de canal de diálogo.

Nesse contexto, no Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes, alegando falta de sensibilidade de seus primeiros interlocutores, abre negociação com diversos movimentos sociais, dentre eles a Vila Autódromo. Mesmo

sob protestos de alguns movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Luta de Moradia (MNLN), que desaconselhavam a negociação, pois a consideravam um movimento tático para apaziguar os movimentos num cenário desfavorável ao governo municipal, a Associação de Moradores da Vila Autódromo avaliou que não deveria recusar nenhum espaço de diálogo no sentido da permanência (OLIVEIRA; TANAKA; BIENENSTEIN, 2016, p. 496).

Desse modo, foi criado um grupo de trabalho constituído por membros do executivo municipal carioca, secretários municipais, representantes dos moradores, do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado e do grupo técnico das duas universidades. Nessa oportunidade, a Prefeitura apresentou um estudo urbanístico que representava as suas demandas em relação à área da Vila Autódromo, consideradas essenciais para viabilizar a construção de vias de acesso ao Parque Olímpico, passarelas e retificação do rio Pavuninha (Figura 10). Esta solução implicaria a retirada de 70% da comunidade e na criação de grave problema de drenagem, já que colocava todo o entorno da Vila em nível mais alto 3 m que a própria comunidade, exigindo, portanto, sua correção com a realização de aterro e reconstrução de todas as moradias.

Apesar da imediata reação e dos questionamentos do grupo técnico e da comunidade, apontando ser necessário a busca de outra opção que evitasse a remoção de um número tão elevado de moradias, a firme rejeição à tentativa de encontrar coletivamente uma proposta interdiária provocou a realização de outras reuniões, quando ficou clara a dificuldade e resistência dos representantes do executivo municipal em verdadeiramente negociar uma alternativa que colocasse também como prioridade evitar a remoção. Frente a essa situação, os moradores e a equipe técnica decidiram construir uma segunda versão do Plano Popular, mantendo as premissas de sua primeira versão e, simultaneamente, adequando-o às demandas da Prefeitura, com um menor impacto à comunidade (Figura 11).

Figura 10. Proposta da Prefeitura (Agosto 2013)²⁶

Figura 11. Proposta construída com os moradores – PPVA versão 2



Fonte: Arquivo NEPHU/UFF e NEPLAC/ETTERN/UFRJ

²⁶ OLIVEIRA, F.; TANAKA, G.; BIENENSTEIN, R “A batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção”. In: Vainer, Carlos ... [et. al.]. *Os megaventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p.483-512.

Após a apresentação desta versão, ainda durante as negociações em curso, o Prefeito, unilateralmente e sem aviso prévio, encerrou o diálogo e, ato contínuo, aumentou a pressão, passando a dialogar com grupos de moradores por ele escolhidos, adotando um discurso dúbio e até contraditório, afirmando não ter a intenção de remover a comunidade, mas apresentando como alternativas únicas para os 70% das famílias atingidos pelo projeto oficial aceitar as indenizações oferecidas ou serem removidos para o Parque Carioca.

O abrupto encerramento das negociações, somado à crescente intransigência dos representantes da Prefeitura deixaram claro para as lideranças e para os membros da Defensoria Pública e da equipe técnica que acompanhavam o processo e que haviam participado das reuniões de negociação, a disposição da Prefeitura de efetivamente remover toda a comunidade. Importante lembrar, como apontado anteriormente, que na proposta apresentada pelos seus representantes, apenas 30% da comunidade poderia permanecer, mesmo assim sendo necessário aterrar o local e, consequentemente, reconstruir todas as casas devido à diferença de nível entre o entorno e a Vila.

Nesse mesmo período, utilizando a mídia hegemônica, o prefeito Eduardo Paes, repetidamente, reconheceu os equívocos em relação à comunidade, afirmando “que os moradores que quiserem ficar terão seu direito garantido”, enquanto, conforme já apontado, interrompia as negociações com a equipe do Plano Popular e apresentava sua alternativa para reassentamento aos moradores que tinham demonstrado o desejo de deixar a comunidade e realizado a opção pelo conjunto habitacional Parque Carioca²⁷.

Por outro lado, aqueles moradores que insistiam em ficar no assentamento original, buscavam reagir e se fortalecer, dando continuidade às discussões do PPVA, enquanto o executivo municipal adotava uma estra-

²⁷ As primeiras famílias a optarem pelo Parque Carioca eram moradores da quadra mais precária do assentamento, residindo em casas sujeitas a inundação. Elas foram as primeiras a serem abordadas pela equipe de funcionários da prefeitura. Para elas, a prefeitura acenava com a possibilidade de “troca de chaves”, isto é, a família entregaria a casa em que vivia e receberia, sem ônus, as chaves de um apartamento no conjunto, situação avaliada por aqueles moradores como vantajosa e como a possibilidade única e imediata de melhorar suas condições de moradia. Mais tarde essas famílias ficariam sabendo que haviam passado a condição de mutuários de um financiamento junto à CEF, dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

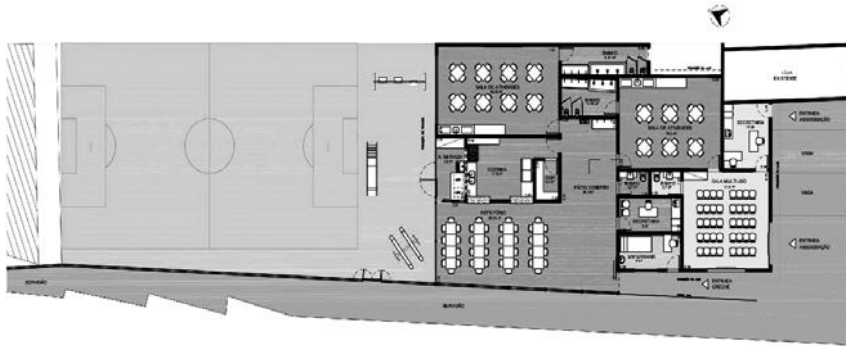
tégia que aliava constrangimentos, intimidação e ameaças constantes de remoção de Vila Autódromo, ao aliciamento de moradores, à constante desinformação e à sementeira da discórdia, fazendo com que um verdadeiro clima de terror se instalasse entre os moradores da comunidade e gerando um progressivo fracionamento do já fragilizado tecido social existente naquele momento na comunidade.

Nesse contexto, a premiação do Plano Popular da Vila Autódromo no anteriormente mencionado *Urban Age Award*, no dia 3 de dezembro de 2013, constituiu um emblemático incentivo para a luta pela permanência, motivando não somente aqueles que ainda resistiam, como também os demais atores envolvidos.

Esta foi uma fase de vários encontros e oficinas, quando os moradores, tomando por base o primeiro projeto para a creche, elaborado ainda durante a construção da primeira alternativa urbanística do PPVA²⁸, novamente discutiram e reafirmaram coletivamente a decisão de destinar os recursos da premiação para a construção da creche. A edificação deveria contemplar duas salas de aula e seus respectivos banheiros para as crianças, uma sala multiuso, uma enfermaria, um auditório, uma sala para a administração da creche, uma sala para a administração da associação, refeitório, cozinha/dispensa, área de serviço, pátio coberto, pátio descoberto, campinho de futebol, duas vagas de carros e duas lojas voltadas para Av. Autódromo. Essas reflexões subsidiaram a proposta arquitetônica preliminar que previa a edificação em dois pavimentos: o pavimento térreo, contendo todos os espaços destinados ao funcionamento da creche e a parte essencial da Associação de Moradores, isto é, uma sala para secretaria e guarda de documentos e uma sala de reuniões de diretoria e o 2º pavimento, abrigando a ampliação da sede da Associação de Moradores e um auditório para a realização das assembleias, festas coletivas e individuais dos moradores, além de banheiros feminino e masculino e um depósito (Figuras 12, 13, 14 e 15).

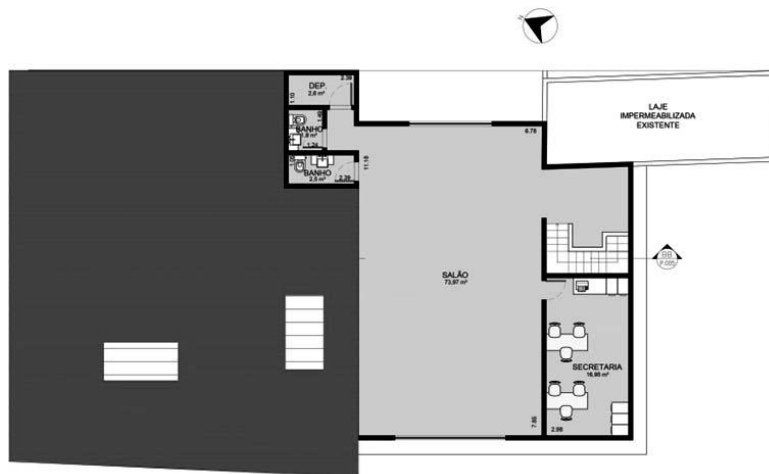
²⁸ Esse primeiro projeto foi inserido no tema Projeto Final de Graduação da estudante Cintia Dimas, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF e, com isto, possibilitando que a atuação das universidades na Vila Autódromo passassem a articular suas atividades básicas, isto é, o ensino, representado pela experiência o TFG, a pesquisa sobre outras experiências de planejamento em situação de conflito, com apoio da Fundação Ford e a extensão, representada pelas ações junto à Vila Autódromo.

Figura 12. Setorização Planta Baixa do Pavimento Térreo



Fonte: PPVA Terceira Versão / 2014

Figura 13. Setorização Planta Baixa do 2º Pavimento



Fonte: PPVA / 2014

Figura 14. Perspectiva do projeto da Creche de Vila Autódromo; Figura 15. Perspectiva interna da sala de atividades da Creche de Vila Autódromo



Fonte: PPVA / 2014

A proposta preliminar foi discutida com a comunidade, que apresentou sugestões que foram incorporadas ao projeto definitivo. Como estratégia para facilitar a compreensão e avaliação da proposta, o projeto preliminar foi marcado no próprio terreno, em escala 1:1, possibilitando aos moradores o exercício de adentrar no prédio, avaliar a dimensão dos compartimentos e imaginar o futuro funcionamento da creche e da associação (Figuras 16 e 17). Nestes encontros, a presença de instituições como o Instituto de Arquitetos do Brasil/Rio de Janeiro (IAB-RJ) e o Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro (SARJ), reafirmando uma vez mais seu apoio à Vila Autódromo, sem dúvida, contribuiu para fortalecer e respaldar a luta.

Figura 16. População participa da marcação do projeto preliminar no terreno



Figura 17. Apresentação do projeto preliminar



Fotos de Aguinaldo Ramos

A intenção de construir uma creche e reformar e ampliar a sede da Associação dos Moradores se manteve viva e alimentou a luta, sendo periodicamente utilizada para mobilizar e dar perspectiva àquela luta desigual entre os resistentes da Vila Autódromo e a prefeitura e os interesses que ela representava. Assim, em 04 de dezembro de 2014, mesmo sem a liberação dos recursos previstos pelo prêmio, foi realizada a primeira de uma série de reuniões da Comissão de Obras (composta somente por moradores) com a equipe técnica. Com estudos mais aprofundados (parecer da sondagem e definição do sistema estrutural), novas definições coletivas foram tomadas, apontando para a manutenção da estrutura da antiga associação de moradores que, como será visto mais adiante, foi posteriormente desapropriada e demolida.

Múltiplas estratégias, muitas promessas e contundente resistência

Enquanto a comunidade se mobilizava e decidia utilizar o valor da premiação (cerca de US\$ 80 mil) para a construção de uma creche comunitária e reforma da sede da Associação de Moradores, a prefeitura, ampliando ainda mais o escopo da sua estratégia de pressão, continuou com a aplicação das táticas baseadas na intimidação, na desinformação e no aliciamento de moradores, assediando-os e/ou pressionando-os cotidianamente, apesar de, simultaneamente, continuar afirmando que aqueles que desejassem poderiam permanecer na Vila e não apresentar qualquer projeto alternativo de urbanização.

A inauguração do conjunto habitacional Parque Carioca, em março de 2014, intensificou a pressão sobre os moradores que ainda resistiam, pois permitiu iniciar o processo de demolição ou descaracterização das moradias, a partir da mudança das famílias que optaram pelo conjunto. Uma vez aceita a negociação individual e realizada a mudança da família, a rotina repetida, quase que cotidianamente, passou a ser a demolição total ou parcial da casa desocupada, o entulho permanecendo no local, o que criava um cenário típico de campo de guerra, pleno de escombros, situação agravada pelo avanço das obras do Parque Olímpico em direção à comunidade e, especialmente, pelo tráfego de caminhões e máquinas pesadas que causava danos tanto à pavimentação quanto a já precária infraestrutura

existente (fiação de energia elétrica, tubulações de abastecimento de água, por exemplo), além da contaminação com lançamento de óleo²⁹ (Figuras 18 e 19).

Figuras 18 e 19. Demolições de casas vazias



Fotos de Aguinaldo Ramos

Diante do acordo de parte dos moradores para o reassentamento no Parque Carioca e a proximidade do início das demolições e anteendo a situação que iriam enfrentar³⁰, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA), representando os moradores que lutavam pela permanência, com o apoio jurídico do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública, ajuizaram uma Ação Civil Pública de nulidade da licença de demolição dada à Rio Mais (ACP de 08.03.2013), com

²⁹ Os impactos negativos das obras do Parque Olímpico sobre a comunidade foram objeto de análise de um grupo de engenheiros que produziu a esse respeito um dossiê entregue à Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, que o encaminhou ao Ministério Público. Este dossiê foi assinado pelos engenheiros Eloisa Helena Barcelos Freire, Valéria Barbalho e Antonio Carlos Pereira.

³⁰ Outras comunidades haviam sido removidas e a estratégia utilizada pela prefeitura para neutralizar as resistências era sempre a mesma: crias uma situação insuportável na área.

o intuito de impedir, a partir das demolições, a conseqüente perda das condições de habitabilidade e ambientais mínimas na comunidade, o que foi conseguido em março de 2014 por meio de liminar do Tribunal de Justiça³¹ que, contudo, não interferia na mudança dos moradores que optaram pelo reassentamento. Frente à impossibilidade de degradar o ambiente que certamente poderia minar a resistência dos que lutavam contra a remoção, a prefeitura, por intermédio do subprefeito Tiago Mohamed e da assessora do gabinete do prefeito, Marli Peçanha, passou a estimular o conflito entre este grupo de moradores e os que desejam sair, argumentando que, devido àquela liminar, estava judicialmente impedida de continuar os entendimentos e de entregar as chaves dos apartamentos negociados. Quase que simultaneamente, também em março de 2014, a prefeitura buscou apoio na Defensoria Pública do Estado com o intuito de fazer os moradores desistirem da referida ação, conseguindo o acolhimento da suspensão pela Justiça.

O agravamento da situação gerou duas situações antagônicas: de um lado, os moradores que continuavam mobilizados e lutavam pela permanência, com o suporte das universidades, Defensoria Pública e de extensa rede de apoiadores que desenvolviam atividades voltadas para manter a Vila ocupada e, por outro, o aumento gradativo do número de famílias que, amedrontadas e/ou acreditando não ter alternativa e/ou não suportando aquelas condições, negociavam suas casas e saíam da Vila Autódromo.

As demolições e desapropriações dificultam a vida em Vila Autódromo

Com o fim das negociações coletivas, conforme indicado anteriormente, a Prefeitura passou a buscar realizar acordos individuais. Cotidianamente, os moradores eram assediados por grupo de técnicos que tentavam convencê-los a aceitar indenizações ou apartamentos no conjunto Parque Carioca. Esses funcionários buscavam convencer os moradores sobre as vantagens de aceitar as propostas, enfatizando o suposto risco (de ser obrigado

³¹ Esta liminar proibia qualquer demolição de casas objeto de reassentamento até que o projeto urbanístico e a lista dos moradores que optaram pelo reassentamento fossem apresentados.

a sair sem nada) que corriam, se adiassem a decisão. Além dos reflexos na mobilização da comunidade, a perseguição promovida acirrou os conflitos internos entre vizinhos, assim como em alguns núcleos familiares. Frente à resistência de um considerável número de moradores em aceitar esta proposta, o Prefeito aumentou a pressão, inicialmente sobre as famílias mais pobres, o que acarretou a transferência de parte delas para o referido conjunto habitacional.

Diante da impossibilidade de imediata remoção, em meados de 2015, o prefeito Eduardo Paes continuou afirmando a garantia daqueles moradores que desejassem ficar, destacando que aqueles moradores que se situavam no caminho das novas vias ou na faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá teriam que sair.

Contudo, contrariamente a tais declarações, o prefeito publicou decretos de desapropriação (Decretos nº. 39.851 e 39.853 de 18 de março de 2015) que atingiam, além da sede da Associação dos Moradores, mais 57 moradias, passando a fazer reintegração de posse sem aviso prévio e acompanhado de um grande contingente de guardas-municipais que impediam a entrada e saída dos moradores durante tais incursões, a primeira delas inclusive com violência física³².

O Plano Popular da Vila Autódromo como instrumento de luta

Frente ao acirramento do cenário de luta e destruição, três movimentos passaram a ser acompanhados e registrados: (i) as demolições realizadas, (ii) as famílias em processo de negociação junto à Prefeitura e (iii) as famílias que ainda desejavam permanecer na Vila Autódromo. Com base nesse monitoramento, foram elaborados sucessivos estudos urbanísticos, novas versões do PPVA, adaptando continuamente a proposta original às condições do momento e demonstrando a viabilidade da permanência. Ou seja, em substituição a um instrumento rígido, aparece um instrumento de luta flexível capaz de ser adaptado à realidade concreta.

³² Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/desapropriacao-na-vila-autodromo-rio-tem-confusao-e-feridos.html>> e <<http://anovademocracia.com.br/no-153/5990-rj-eduardo-paes-ataca-moradores-da-vila-autodromo>>. Acesso em: agosto de 2015.

Assim, cada uma das propostas foi gerada a partir da apuração das casas remanescentes, dos lotes desapropriados cujos proprietários desejavam permanecer e das áreas demolidas. O resultado do levantamento periódico de todas essas situações era espacializado em mapas. Com base nessas informações, a comunidade, os defensores públicos e o grupo técnico das universidades buscavam novas estratégias de luta, visando à permanência daqueles que ainda lutavam contra a remoção.

A terceira versão do Plano foi desenvolvida com base nas 170 famílias que lá restavam e desejavam ficar. Mantinha

as moradias das famílias que est[avam] dentro dos limites da AEIS e [previa] o reassentamento em seu interior das famílias que, mesmo estando fora desse perímetro, deseja[va]m permanecer. [...] [Além disso, tomava] por base as premissas e propostas relativas às dimensões ambiental, econômica, social e cultural que fazem parte da primeira versão do Plano Popular. (PPVA, 2015, p. 3).

Para abrigar as 170 famílias resistentes, foram mantidas as moradias ainda existentes e projetados 76 novos lotes, parte deles unifamiliar e parte, multifamiliar. Foram também projetados locais para lazer e re-criação e para um horto comunitário. A sede da associação de moradores, integrada à futura creche comunitária, foi mantida em seu terreno original, sendo previstas também adequações da infraestrutura urbana e quatro tipos de residência para a escolha pelas famílias que necessitavam ser reassentadas (Figura 20).

Mesmo com o aumento da pressão pelo executivo municipal carioca que elevou o nível do assédio, agressões morais e presença permanente da Guarda Municipal, entre outras estratégias para enfraquecer os moradores da comunidade de Vila Autódromo, parte deles continuava resistindo e se negava a receber as indenizações, seguindo a luta por seu território. Com a aproximação da data das olimpíadas, a elevação do valor das indenizações oferecidas, especialmente para as principais lideranças, passou a ser um estratagema importante. Com isto, o valor despendido pela Prefeitura para efetivar a remoção já havia atingido, em maio de 2015, a cifra aproximada de R\$ 133 milhões (indenizações e implantação

do conjunto habitacional Parque Carioca)³³, em contraste com a proposta do Plano Popular, que foi orçada em menos de R\$14 milhões.

Figura 20. Plano popular da Vila Autódromo – Versão 3



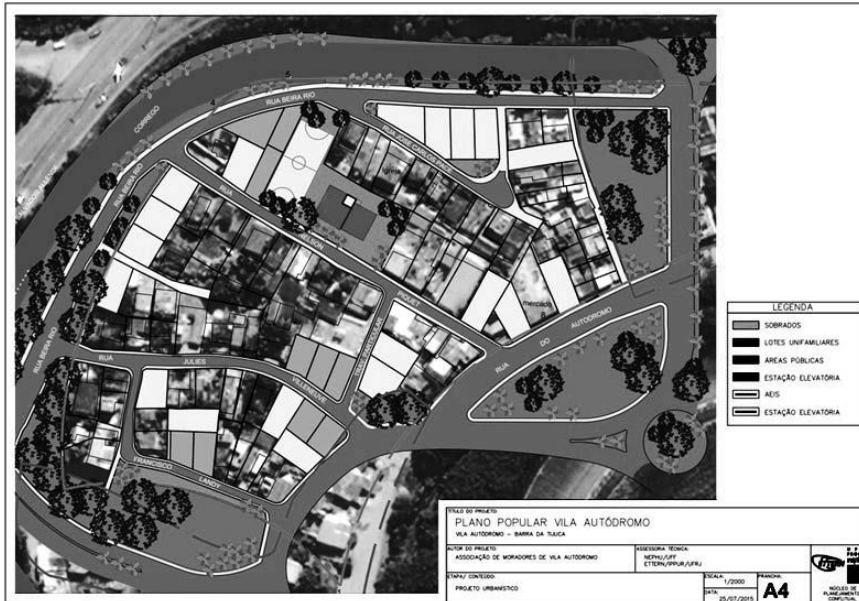
Fonte: PPVA / 2014

O avanço das demolições em decorrência das ofertas progressivamente mais atraentes somada aos efeitos dos decretos de desapropriação tiveram o resultado de reduzir a comunidade para aproximadamente 100 famílias, demandando, assim, nova adaptação da proposta urbanística do PPVA, sua quarta versão. Mantendo os mesmos critérios e parâmetros que as versões anteriores, a redução do número de famílias possibilitou a ampliação do número de lotes unifamiliares. Além disso, neste caso, o parcelamento do solo obedeceu os limites da Área Especial de Interesse Social (AEIS), sendo excluídos os lotes desapropriados. Com isto, a localização da sede da Associação dos Moradores e da creche comunitária foram deslocadas para

³³ Valor referente aos R\$ 38 milhões investidos no conjunto Habitacional Parque Carioca e aos R\$95 milhões gastos em indenizações, conforme divulgado em matéria do jornal *O Globo* (14/05/2015).

próximo da Igreja Católica que havia se transformado em marco físico importante da resistência (Figura 21).

Figura 21. Plano Popular da Vila Autódromo – Versão 4



Fonte: PPVA / 2014

A intensificação da pressão, com a presença, agora permanente, da Guarda Municipal controlando, quando não, cerceando o direito de ir e vir dos moradores que ainda restavam na localidade e a extensão do canteiro de obras do Parque Olímpico sobre o antigo espaço ocupado pela comunidade, com a demolição da sede da Associação e do parquinho infantil, tornaram ainda mais inóspito o cotidiano de tais moradores, fazendo com que, pouco a pouco, mais famílias fossem cedendo à essa pressão e exigindo construir a versão final do Plano Popular, agora para as 50 famílias que se recusavam a sair da Vila Autódromo³⁴.

³⁴ O PPVA 2016 foi publicizado em 27 de fevereiro de 2016.

Esta versão do PPVA respeitava o sistema viário da parcela não atingida pelas obras do Parque Olímpico, prevendo: (i) a permanência das casas ainda existentes, agora em lotes 250 m² e a criação de novos lotes também com 250 m² para as famílias a serem reassentadas; (ii) novo local para a Associação dos Moradores e para a creche comunitária, pois, conforme apontado, o terreno da sede original havia sido desapropriado; (iii) campo de futebol *society*; (iv) ampliação do terreno da Igreja Católica de modo a viabilizar diferentes usos que atualmente são desenvolvidos em casas de alguns dos fiéis; (v) área de lazer e recreação para crianças, recuperando, assim, a ideia do antigo parquinho; (vi) horto florestal, concentrando as espécies existentes em um único local, uma característica presente no assentamento e que estavam sendo aniquiladas pela obra; (vii) centro cultural, como espaço voltado para viabilizar a realização de eventos, o que o processo de luta acabou por transformar em hábito coletivo e agregador; além de (viii) elevatória para o esgotamento sanitário e local para reciclagem de lixo (Figura 22).

Figura 22. Plano Popular da Vila Autódromo 2016



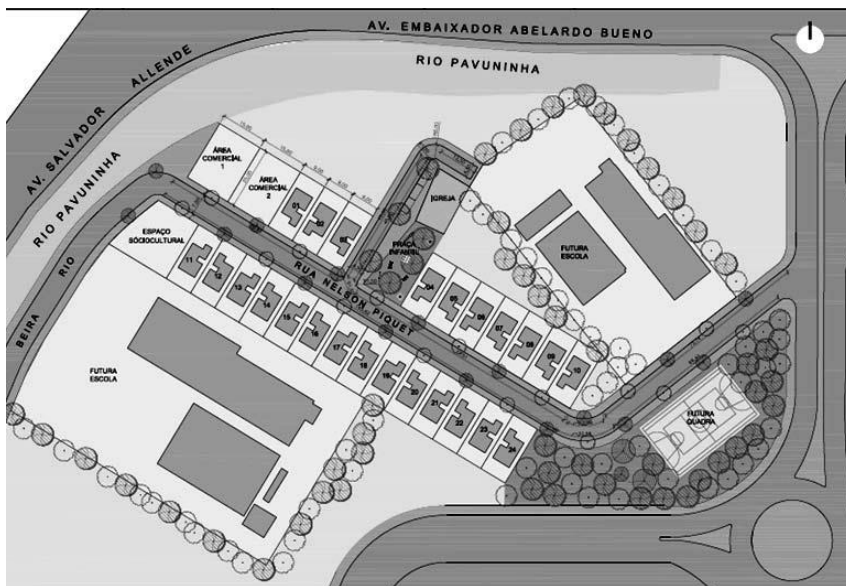
Fonte: PPVA 2016

As sucessivas alternativas da proposta urbanística do Plano Popular serviram como instrumento de luta, comprovando a cada momento a viabilidade técnica da permanência das famílias que se recusaram a abandonar o assentamento.

Após o lançamento desta última versão do Plano Popular, em 2016, e após tentar, sem sucesso, negociar individualmente com a família da principal liderança que, exatamente no Dia Internacional da Mulher, teve sua casa demolida, a Prefeitura acabou anunciando, primeiramente à imprensa, que iniciaria a construção de uma vila para onde seriam transferidas as famílias que ainda resistiam na Vila Autódromo. O estudo apresentado previa inicialmente 30 lotes unifamiliares com 125 m², onde seriam distribuídas casas geminadas, duas a duas e a manutenção do prédio da Igreja Católica, além de área de lazer, campo de futebol e duas escolas (Figuras 23 e 24).

Chamados a conhecer o projeto, após avaliação, os moradores encaminharam abaixo-assinado onde demandavam a ampliação dos lotes maiores para, no mínimo 150 m², casas não geminadas e a ampliação dos cômodos, especialmente quartos e cozinha, além de local para Associação dos Moradores, horto e Centro Cultural.

Figuras 23 e 24. Projeto da Prefeitura – Planta e Perspectiva





Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro³⁵

Essas demandas foram atendidas, inclusive as exigências de permanência das famílias na própria área. As famílias, cujas casas seriam atingidas, foram remanejadas para containers adaptados para moradia. Esses containers eram equipados com ar condicionado para garantir a habitabilidade. As famílias cujas moradias estavam fora do espaço ocupado pela nova vila puderam lá permanecer até a conclusão das obras. Outras demandas foram atendidas, entre elas a possibilidade dos moradores e sua assessoria técnica acompanharem e fiscalizarem a obra e a definição da distribuição das moradias por meio de um processo que permitia que cada uma delas escolhesse a casa que desejava ocupar (Figuras 25, 26, 27 e 28).

Figuras 25 e 26. Containers/moradias e acompanhamento da obra pelos moradores



Fotos de Aguinaldo Ramos

³⁵ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5977874/4156506/vilaaudromo2.pdf> slide. Acesso em: 18 ago. 2016.

Figuras 27 e 28. Vistoria das obras



Fotos de Daniel Sousa

Hoje, as vinte famílias ocupam as novas casas e já se apropriam e modificam aquele espaço, continuando a realizar atividades e a atrair os grupos de apoio (Figura 29).

Figura 29. Entrega das casas



Foto: Daniel Sousa

Para além da equipe do Plano Popular, propriamente dito, outras importantes iniciativas foram adotadas pelas diversas militâncias envolvidas na luta da Vila Autódromo. Entre elas podem ser destacadas as atividades organizadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas que, em conjunto com a Associação de Moradores, conseguiam chamar a atenção da imprensa local com paralizações do trânsito em frente à comunidade ou com o oferecimento do que foi chamado de “café da manhã comunitário” para os operários das obras do Parque Olímpico, que acontecia em frente ao portão do canteiro de obras. Os “OCUPA Vila Autódromo” encarnaram outra interessante e importante iniciativa, materializada em atividades culturais, tais como shows e peças teatrais, reanimando corações e mentes, mantendo acesa a resistência e alimentando as redes sociais com ironia e sarcasmo. O movimento nas redes sociais “Urbaniza Já!” conseguiu organizar postagens sequenciais na internet que exigiam do prefeito a apresentação do projeto de urbanização de Vila Autódromo. Essas postagens “viralizaram” e envolveram centenas de artistas e personalidades nacionais e até internacionais, que apoiavam a luta da comunidade. As aulas públicas, lançamentos de livros de diversos intelectuais, jornalistas e ativistas, comprometidos com as lutas por uma cidade mais justa e inclusiva, também contribuíram com a luta pela permanência da Vila. A recuperação do parquinho existente que havia sido parcialmente destruído pelas obras do parque olímpico, manteve um espaço lúdico e de diversão para crianças pequenas num cenário de guerra... Esses eventos contavam sempre com a participação ativa de diversos apoiadores da comunidade, como a Pastoral de Favelas, mandatos parlamentares de vereadores e deputados, professores e estudantes de diversas universidades e cursos, movimentos populares envolvidos com a luta pela moradia, que somavam forças e estratégias para romper com o silêncio da mídia nacional que se calava frente às violações de direitos. Não por caso, a cobertura dos eventos que se desenrolavam ali eram permanentemente acompanhados pela imprensa internacional que, a cada dia que passava, mais se identificava com a resistência dos moradores.

À guisa de conclusão: a vitória na derrota

O caso da Vila Autódromo constitui, indiscutivelmente, um exemplo emblemático da urbanização seletiva e excludente contemporânea. Desse

modo, esclarece a “nova” forma de planejar as cidades, notadamente aquelas situadas na periferia do capitalismo, a qual, distante das antigas iniciativas que visavam, ainda que de maneira problemática e incompleta, articular desenvolvimento e igualdade. No sentido inverso desta intenção, o “novo” planejamento vinculado às demandas do capitalismo atual, orientado pelas dimensão financeira, expõe com clareza a maneira por intermédio da qual as coalizões de poder e dinheiro orientam o crescimento das cidades a partir de grandes projetos pontuais, cuja lógica de articulação obedece aos ganhos privados travestidos de necessidades imperiosas de muitos, ou seja, dos excluídos. Dessa maneira, o caso aqui apresentado auxilia no desvelamento da lógica de desenvolvimento/planejamento vigente na atualidade, consubstanciada numa suposta vantagem social em consonância com uma escala ampliada de lucros privados. Grandes objetos e/ou infraestruturas, tais como vias, equipamentos esportivos, entre outros, compõem a nova paisagem da cidade, produto das intencionalidades dos segmentos sociais e políticos hegemônicos, promovendo a destruição, na sua escalada de “renovação” – dita planejada e necessária – do espaço construído e social daqueles que se encontram na sua trajetória. Os deslocamentos forçados, a destruição de vidas e seus respectivos laços sociais e o apagamento da memória da vida afetiva de muitos, de um lado, dá lugar aos ganhos por intermédio da valorização de áreas antes relegadas ao esquecimento.

Este é o caso da Vila Autódromo, um assentamento popular consolidado que foi em grande parte varrido de uma área de expansão das oportunidades do capital imobiliário, um importante ator da coalização que se formou no Rio de Janeiro desde a eleição, em 1993, de César Maia, e cujo projeto de cidade vem, a despeito de dissensos, se afirmando desde então.

No que concerne ao trabalho coletivo materializado por meio da luta pela permanência da Vila Autódromo, vale destacar que, além dos moradores – principal sujeito coletivo – e das equipes da UFRJ e da UFF, a experiência agregou membros de diversos coletivos, no enfrentamento dos desafios e dos dilemas da luta por uma cidade mais justa democrática e mais inclusiva socialmente. A este respeito vale destacar o papel desempenhado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, a Defensoria Pública, o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), além de membros da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa.

Outrossim, vale também ressaltar a experiência vivenciada nas várias versões do “Ocupa Vila Autódromo” e no movimento “Urbaniza Já!”, por

exemplo, como ricas e interessantes experiências que reforçaram a rede de apoios que se formou durante o processo de resistência.

A despeito dos argumentos que questionam os resultados da luta dos moradores da Vila Autódromo, especialmente calcados na consolidação e na vitalidade daquele bairro popular e no número de famílias que lá permanecem, considera-se que houve uma vitória. Apesar da força dos constrangimentos e da crescente escalada de violência perpetrada especialmente pelo executivo municipal carioca, empenhado em manter aquela área reservada exclusivamente para os condomínios de alta renda, conforme defendido pelo Sr. Carlos de Carvalho, de um lado, e da escala numérica daqueles que bravamente continuaram lutando, aquelas vinte famílias conquistaram sua permanência na localidade original, marcando o testemunho ativo da preservação de um território popular, a AEIS ainda em vigor, no que estava previsto para ser um território exclusivo da elite. A esse respeito, reitera-se a importância e a necessidade do plano como instrumento dessa luta, adequando seus diversos momentos sem, contudo, abrir mão dos seus princípios fundamentais.

Finalmente, o desenvolvimento desta ação extensionista integrada à pesquisa permite perceber o planejamento em situação de conflito como sendo, além de uma saída técnica para circunstâncias políticas, uma postura de exercício profissional na qual se reconhece a importância da participação e protagonismo popular para a construção de uma cidade mais democrática.

Anexo: Linha do Tempo

Figura 1. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth³⁶, 21.6.2006, modificada pelos autores, 2017.

Figura 2. Detalhe comunidade Vila Autódromo



Imagem do Google Earth³⁷, 21.6.2006, modificada pelos autores, 2017.

³⁶ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

³⁷ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 3: Entorno da comunidade Vila Autódromo.



Fonte: Imagem do Google Earth³⁸, 2.3.2008, modificada pelos autores, 2017.

Figura 4. Detalhe comunidade Vila Autódromo



Imagem do Google Earth³⁹, 2.3.2008, modificada pelos autores, 2017.

³⁸ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

³⁹ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 5. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁴⁰, 22.5.2009, modificada pelos autores, 2017.

Figura 6. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁴¹, 22.5.2009, modificada pelos autores, 2017.

⁴⁰ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴¹ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 7: Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁴², 18.1.2010, modificada pelos autores, 2017.

Figura 8. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁴³, 18.1.2010, modificada pelos autores, 2017.

⁴² Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴³ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 9. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁴⁴, 26.7.2011, modificada pelos autores, 2017.

Figura 10. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁴⁵, 26. 7.2011, modificada pelos autores, 2017.

⁴⁴ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴⁵ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 11. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁴⁶, 30.9.2012, modificada pelos autores, 2017.

Figura 12. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁴⁷, 30.9.2012, modificada pelos autores, 2017.

⁴⁶ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴⁷ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 13. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁴⁸, 22.8.2013, modificada pelos autores, 2017.

Figura 14. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁴⁹, 22.8.2013, modificada pelos autores, 2017.

⁴⁸ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁴⁹ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 15. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁵⁰, 2.8.2014, modificada pelos autores, 2017.

Figura 16. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁵¹, 2.8.2014, modificada pelos autores, 2017.

⁵⁰ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁵¹ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 17. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁵², 28.6.2015, modificada pelos autores, 2017.

Figura 18. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁵³, 28.6.2015, modificada pelos autores, 2017.

⁵² Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁵³ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 19. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁵⁴, 30.12.2015, modificada pelos autores, 2017.

Figura 20: AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁵⁵, 30.12.2015, modificada pelos autores, 2017.

⁵⁴ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁵⁵ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 21. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁵⁶, 6.4.2016, modificada pelos autores, 2017.

Figura 22. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁵⁷, 6.4.2016, modificada pelos autores, 2017.

⁵⁶ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁵⁷ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Figura 23. Entorno da comunidade Vila Autódromo



Fonte: Imagem do Google Earth⁵⁸, 12.9.2016, modificada pelos autores, 2017.

Figura 24. AEIS da Vila Autódromo



Imagem do Google Earth⁵⁹, 12.9.2016, modificada pelos autores, 2017.

⁵⁸ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

⁵⁹ Disponível em: <<http://googleearth.com>> Acesso em: 30 mar. 2017.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO (AMPVA). *Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural*. Rio de Janeiro: AMPVA, 2012.
- _____. *Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Versão 3*. Rio de Janeiro: AMPVA, 2015.
- _____. *Portal Popular da Copa: Rio sem Remoções; Vídeo: Vila Autódromo: um bairro marcado para viver*. Rio de Janeiro: AMPVA, 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60i_I>. Acesso em: 14 nov. 2012.
- _____. *Portal Popular da Copa: Rio sem Remoções*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2012. Disponível em: <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/argumentos/109-argumentos-que-nao-se-sustentam>>. Acesso em: 14 nov. 2012.
- BARSETI, Silvio. Parque Olímpico abandonado compromete legado da Rio 2016. *Portal Terra, Esportes*, 07/02/2017. Disponível em: <<https://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/2016/parque-olimpico-abandonado-compromete-legado-da-rio-2016,78f0a36618d120bbd1197cae47234ab-bmnojabmk.html>>. Acesso em: 17 fev. 2017.
- BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco e SOUSA, Daniel. Resistência em Vila Autódromo: Notas sobre o plano popular e o processo de luta. *Anais do II UrbFavela*, Rio de Janeiro, 2016.
- BIENENSTEIN, Regina. *Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária*. Tese de Doutorado submetida à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BIENENSTEIN, Glauco. Espaços metropolitanos em tempos de globalização: Um estudo de caso do Rio de Janeiro. 2000. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro / IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016 2009. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. Rio de Janeiro, v. 2.
- DEFENSORIA PÚBLICA. *Vila Autódromo: o Direito à Moradia, o Direito à Cidade e a Rio 2016*. Rio de Janeiro, Defensoria Pública (parecer técnico), 2010.

- DESAPROPRIAÇÃO na Vila Autódromo, Rio, tem confusão e feridos. *GI*, Rio, 03/06/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/desapropriacao-na-vila-autodromo-rio-tem-confusao-e-feridos.html>>.
- FARANAK, M. Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, 32-50, 2009.
- FIPEZAP. Disponível em: <<http://fipezap.zapimoveis.com.br/>>.
- FREITAS, G. Temos o direito de morar nessa cidade. *O Globo*, Caderno Prosa e Verso, 25/08, p. 8, 2012.
- GRANJA, Patrick. RJ: Eduardo Paes ataca moradores da Vila Autódromo. A nova democracia, julho de 2015. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-153/5990-rj-eduardo-paes-ataca-moradores-da-vila-autodromo>>. Acesso em: agosto de 2015.
- HARVEY, D. *Spaces of Global Capitalism. Towards a theory of uneven geographical development*. Londres; Nova York: Verso, 2006.
- KAWAHARA, I. Z.; FERRARI, M. O.; COSTA, J. A. *Vila Autódromo: Memórias*. Niterói, 2011. Mimeo.
- OLIVEIRA, Fabrício Leal; TANAKA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A Batalha da Vila Autódromo: “Negociação” e resistência à remoção. In: VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício. *Os Megaeventos e a cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- OLIVEIRA, N. G. *O Poder dos Jogos e os Jogos de Poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado IPPUR/UFRJ, 2012.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura*. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/138931/DLFE-3210.pdf/volumeiiacoes.pdf>>.
- _____. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – “Rio sempre Rio”*. 1996.
- PUFF, Jefferson. “Como é que você vai botar o pobre ali?”, diz bilionário dono da Barra da Tijuca”. *BBC*, Brasil, 10/08/2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- SAULE JUNIOR, Nelson. *A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

- VAINER, C. Megaeventos e a Cidade de Exceção. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, ANPUR, 2011.
- VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle; OLIVIERA, Fabrício; LOBINO, Camila. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. *Anais do XV ENAnpur*, Recife, 2013.
- VAINER, C. B.; ARANTES, O.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WATTS, Jonathan. O empresário carioca na esperança de um legado olímpico próprio de bilhões. *The guardian*, Rio 2016, 12/08/2015. Disponível em:
<<https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>>. Acesso em: 06 jan. 2016.
<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>